

**GRANDES  
CIENTISTAS SOCIAIS**

Coleção coordenada por  
Florestan Fernandes

1. **DURKHEIM**  
José Albertino Rodrigues
2. **FEBVRE**  
Carlos Guilherme Mota
3. **RADCLIFFE-BROWN**  
Julio Cezar Melatti
4. **KÖHLER**  
Arno Engelmann
5. **LENIN**  
Florestan Fernandes
6. **KEYNES**  
Tamás Szmrecsányi
7. **COMTE**  
Evaristo de Moraes Filho
8. **RANKE**  
Sérgio B. de Holanda
9. **VARNHAGEN**  
Nilo Odália
10. **MARX (Sociologia)**  
Octavio Ianni
11. **MAUSS**  
Roberto C. de Oliveira
12. **PAVLOV**  
Isaias Pessotti
13. **WEBER**  
Gabriel Cohn
14. **DELLA VOLPE**  
Wilcon J. Pereira
15. **HABERMAS**  
Barbara Freitag e  
Sérgio Paulo Rouanet
16. **KALECKI**  
Jorge Miglioli
17. **ENGELS**  
José Paulo Netto
18. **OSKAR LANGE**  
Lenina Pomeranz
19. **CHE GUEVARA**  
Eder Sader
20. **LUKÁCS**  
José Paulo Netto
21. **GODELIER**  
Edgard de Assis Carvalho
22. **TROTSKI**  
Orlando Miranda
23. **JOAQUIM NABUCO**  
Paula Belguelman
24. **MALTHUS**  
Tamás Szmrecsányi
25. **MANNHEIM**  
Marialice M. Foracchi
26. **CAIO PRADO JR.**  
Francisco Iglésias
27. **MARIATEGUI**  
Manoel L. Bellotto e  
Anna Maria M. Corrêa
28. **DEUTSCHER**  
Juarez Brandão Lopes
29. **STALIN**  
José Paulo Netto
30. **MAO TSE-TUNG**  
Eder Sader
31. **MARX (Economia)**  
Paul Singer
32. **MELANIE KLEIN**  
Fábio A. Herrmann e  
Amazonas A. Lima
33. **CELSO FURTADO**  
Francisco de Oliveira

R DESTINADO A  
LO PROFESSOR  
PROIBIDA

1063055

PCD  
OK

# Max Weber

Organizador: Gabriel Cohn

## SOCIOLOGIA

SBD/FFLCH

7.<sup>a</sup> edição

SBD-FFLCH-USP



**ea**  
editora ática

301  
G 752  
v. 13  
7.ed.

**Consultoria geral**  
Florestan Fernandes  
**Coordenação editorial**  
Maria Carolina de Araujo  
**Tradução**  
Amélia Cohn e Gabriel Cohn  
**Redação**  
Danilo A. Q. Morales

**Produção gráfica**  
Elaine Regina de Oliveira  
**Layout de capa**  
Elifas Andreato

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Barlira Gráfica e Editora Ltda.



ISBN 85 08 01145 8

1999

Todos os direitos reservados pela Editora Ática  
Rua Barão de Iguape, 110 – CEP 01507-900  
Caixa Postal 2937 – CEP 01065-970  
São Paulo – SP  
Tel.: (011) 3346-3000 – Fax: (011) 277-4146  
Internet: <http://www.atica.com.br>  
e-mail: [editora@atica.com.br](mailto:editora@atica.com.br)

# SUMÁRIO

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL



21000005081

---

<b>INTRODUÇÃO</b> (por Gabriel Cohn),	7
--	---

---

<b>TEXTOS DE WEBER</b>	
1. As causas sociais do declínio da cultura antiga,	37
2. O Estado nacional e a política econômica,	58
3. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais,	79
4. Os três tipos puros de dominação legítima,	128
5. Religião e racionalidade econômica,	142

---

<b>ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO,</b>	160
---------------------------------------	-----

---



“Exagerar é a minha profissão.” Essa resposta de Max Weber a um colega chocado com a sua veemência num debate diz muito a respeito da sua figura humana e também da sua obra. O contato apaixonado com os grandes problemas políticos do dia, a busca incansável do conhecimento através de uma erudição sem paralelo nas ciências sociais deste século, a intensidade da dedicação à pesquisa e à reflexão metodológica, o desgaste pessoal até ao pleno colapso psíquico e a recuperação fulgurante da capacidade criadora, o ímpeto exacerbado das investidas contra o

que lhe parecia errado, contidas no momento mesmo em que tudo parecia dar-lhe razão; tudo isso está presente no mais alto, no mais exagerado grau na sua vida e na sua obra.

Dois exemplos, retirados de áreas diversas da sua atividade, permitem ilustrar isso. O primeiro diz respeito à sua postura diante das questões práticas do dia. Durante a fase decisiva da Primeira Guerra Mundial as críticas de Weber às hesitações e aos erros do governo alemão, representado pelo rei Guilherme II — por exemplo, ao não se dar conta de que, ao intensificar a guerra submarina, a Alemanha atraía contra si a entrada norte-americana no conflito, o que lhe seria fatal — cresciam em virulência, encaminhando aquilo que Weber encarava como um ajuste de contas

com Guilherme II após a guerra, por via judicial se possível, no qual as responsabilidades pela derrota alemã, que previa, seriam trazidas à luz. Encerrada a guerra, contudo, o monarca é levado a renunciar, em meio a uma turbulência política que para muitos prenunciava a revolução socialista e que acabou desembocando no regime que, tomando o nome da cidade onde foi redigida a sua Constituição, ficou conhecido como República de Weimar. Diante disso, Weber recusa-se a usar "palavras duras" a seu respeito, pois isso não seria "digno de um cavalheiro". E passa a investir, sem preocupar-se com o cavalheirismo, contra os grupos revolucionários que, no seu entender, comprometiam com sua ação a própria integridade nacional da Alemanha derrotada na guerra; para, em seguida, sufocada a revolução pelo governo social-democrata associado à grande burguesia e aos militares, voltar-se com o mesmo ardor contra a direita em ascensão. Atitudes pouco coerentes com a concepção convencional do político mas perfeitamente ajustadas ao modo de ser de alguém como Weber, que certa feita observou ser mais cientista do que político, porque "o político precisa fazer compromissos" e ao cientista isso é vedado.

O segundo exemplo concerne à sua postura teórica. O nome de Weber está intimamente associado na literatura sociológica à formulação de um conceito básico para a análise histórico-social: o "tipo ideal". Trata-se de recurso metodológico para ensejar a orientação do cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. Consiste em enfatizar determinados traços da realidade — por exemplo, aqueles que permitam caracterizar a conduta do burocrata profissional e a organização em que ele atua — até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. Por isso mesmo esses tipos necessitam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das idéias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos. Assim concebido, esse conceito de "tipo ideal" (que é amplamente discutido pelo próprio Weber no terceiro texto deste volume) não é senão a forma assumida no plano metodológico pela mesma "vocalização para o exagero", pois corresponde ao pressuposto de que a realidade social só pode ser conhecida quando aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, para em seguida se poderem formular com clareza as questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados.

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, como primogênito de oito filhos e herdeiro do nome do pai, um jurista e político geralmente descrito como homem pragmático e acomodado. Sua mãe, Helene Weber, esforçou-se sempre por imprimir no filho o timbre da sua concepção severamente protestante do mundo. Há uma forte tendência entre os intérpretes de Weber, no sentido de atribuírem ao contraste entre seu pai e sua mãe um papel importante na formação daquilo que, adaptando-se um termo do próprio Weber, seria a sua conduta pessoal de vida, sempre tensa entre a reflexão e a ação e entre a repressão ascética dos impulsos em nome da autodisciplina e uma postura mais tolerante e descontraída. Na casa paterna Weber teve oportunidade de conviver com as figuras de renome no mundo político e intelectual que habitualmente a freqüentavam, num prenúncio do círculo de freqüentadores da sua própria casa na sua maturidade, quando entre seus amigos se incluíam figuras tão estimulantes e diversas entre si como Georg Simmel\* e Georg Lukács.\*\*

Durante toda a vida teve a atenção dividida — e, dada a sua concepção das coisas, esse termo deve ser tomado no seu sentido literal — entre a atividade intelectual e a participação prática na vida política alemã, embora nessa segunda área ele não tenha chegado a ocupar qualquer posição oficial. O mais próximo que chegou disso foi quando participou da comissão encarregada de redigir a Constituição da República de Weimar, em 1919, e quando integrou o corpo de assessores de alto nível da delegação de paz alemã em Versalhes, também em 1919. Sua formação acadêmica foi muito ampla, concentrada nos estudos de Direito mas com profundas incursões pela História, a Economia, a Filosofia e mesmo a Teologia. Sua dedicação explícita à Sociologia somente ocorreu na fase final de sua vida, embora suas contribuições básicas nessa área já estivessem prontas em 1913. Sua obra não é o resultado de um fluxo contínuo e regular de trabalho, mas de períodos de concentração e produção extremamente intensivas. O período de 1891 a 1897 foi de atividade muito acentuada, interrompida por uma profunda crise psíquica que durou cinco anos

\* Programado nesta coleção, volume organizado por Evaristo de Moraes Filho. (N. da Ed.)

\*\* Lukács. Org. José Paulo Netto, v. 20 desta coleção. (N. da Ed.)

e praticamente o afastou da atividade docente (que detestava) pelo resto da vida.

Em 1903 recebeu o título de professor honorário da prestigiosa Universidade de Heidelberg, o que lhe permitiria dispor livremente do seu tempo de trabalho acadêmico. A maior parte da produção que lhe deu fama foi realizada em três períodos de quatro anos cada — de 1903 a 1906, de 1911 a 1913 e de 1916 a 1919. No primeiro deles, publicou a sua célebre análise sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e os seus principais estudos metodológicos, além de importantes análises sobre a revolução russa de 1905, escritas no calor dos próprios acontecimentos. No segundo, redigiu o essencial da sua obra máxima, *Economia e sociedade*, e publicou o seu único trabalho em que o termo “sociologia” figura no título, “Sobre algumas categorias da Sociologia compreensiva”. No último, retomou e deu forma final a vários temas de que já se vinha ocupando anteriormente, redigiu três dos seus quatro estudos previstos sobre a “ética econômica das religiões mundiais” e dedicou-se intensamente ao exame das tendências da política alemã da época.

Após a sua morte, em 14 de junho de 1920, a sua viúva Marianne Weber, que também se dedicava ao trabalho intelectual e participava do movimento feminista da época, organizou muito do material disperso por ele deixado e promoveu a sua publicação, além de redigir uma extensa biografia de Max Weber, publicada em 1926, e que por muito tempo constituiu a única fonte de consulta nessa área.



Os textos selecionados para este volume proporcionam uma visão panorâmica da produção de Weber, desde a sua primeira etapa até à sua maturidade intelectual. Permitem também constatar a notável coerência da sua obra, na qual os temas e o modo de tratá-los vão ganhando forma ao longo dos anos, mas já estão claramente delineados nos seus primeiros trabalhos. Vale a pena, assim, iniciar o exame da contribuição weberiana através de um levantamento das primeiras questões contidas neles, na ordem em que se apresentam.

O primeiro deles, sobre as causas sociais do declínio da cultura antiga, baseia-se numa conferência pronunciada em 1896 e incorpora os resultados das intensivas pesquisas históricas nessa

área a que Weber havia se dedicado na fase inicial da sua carreira. É verdade que, nesse texto, ainda não vamos encontrar diretamente uma definição dos grandes temas e posições weberianas, mas eles já estão presentes nas entrelinhas.

A tese central do trabalho é a de que as causas do declínio da cultura europeia antiga não são externas ao Império Romano, que a sustentava e que lhe sobreviveu como organização política por mais alguns séculos, mas devem ser procuradas no seu interior, são causas *sociais*. Isso dá o tom da análise. Weber procura mostrar como a cultura antiga decai em consequência de uma lenta erosão das suas bases, que são sociais no sentido amplo do termo, visto que a análise se concentra sobre processos econômicos e políticos para examinar como se desagregam as instituições básicas do mundo antigo: as cidades, a organização escravista do trabalho e o comércio exterior costeiro. No desenvolvimento dessa análise, Weber opera com outra tese fundamental, a de que há uma continuidade na passagem da Antiguidade para o mundo medieval. “O desenvolvimento da sociedade feudal já estava no ar do império romano tardio.”

Há no entanto uma questão que permeia todo o texto, para a qual a resposta oferecida por Weber revela que ele ainda não lhe havia dedicado a longa reflexão a que se entregaria depois. A questão é: em que medida essa narrativa histórica é importante para nós, qual é o seu significado contemporâneo? A resposta de Weber nessa ocasião é de que não há vínculos entre o processo examinado e o mundo contemporâneo: trata-se de universos radicalmente heterogêneos. Inútil procurar nele um caráter exemplar ou a resposta para questões atuais. Inútil portanto proceder como Marx o fizera ao tratar da formação histórica do capitalismo: “de te fabula narratur”, é de ti que se fala. A primeira vista a postura assumida por Weber apresenta-se aqui como se fosse meramente contemplativa. O declínio de uma velha cultura é um espetáculo grandioso, digno de ser reconstruído pela pesquisa histórica; mas o seu interesse é estritamente histórico.

Esse é o ponto: o que vem a ser um interesse histórico? Tudo indica que Weber está tão preocupado com marcar suas diferenças tanto em face das interpretações que buscam causas externas para o processo examinado quanto de qualquer concepção que envolva as idéias de “progresso” ou evolução objetiva do decurso histórico

(entre as quais ele inclui o materialismo histórico), que ele acaba não se dando conta de toda a amplitude desse tema, que muito o ocuparia mais tarde. É que, se esse espetáculo histórico é digno de ser visto apesar de não haver qualquer vínculo objetivo, de caráter evolutivo ou outro, entre ele e o mundo contemporâneo, deve haver naquilo que diz respeito ao caráter particular de que se reveste *para nós* — ou seja, que solicita o nosso interesse histórico — algo que justifique a sua seleção. Vale dizer que o simples fato de ter sido feita a seleção desse processo específico, o da derrocada de uma cultura, já é significativo, não tanto em relação ao caráter objetivo do próprio tema mas sim quanto à orientação do interesse do historiador.

Falar num estrito interesse histórico por um evento ou processo implica, afinal, levantar a questão da presença desse próprio interesse. E isso só é reforçado pela idéia weberiana, já implícita nesse texto, de que, não havendo uma linha unívoca nem um curso objetivamente progressivo no interior da História, cabe à pesquisa histórica tratar do que é particular, daquilo que permite identificar na sua peculiaridade uma configuração cultural e buscar explicações causais para essa particularidade. Essa questão somente viria a ser examinada a fundo por Weber em 1904, no ensaio sobre a objetividade nas ciências sociais, incluído neste volume. Neste momento interessa examinar como ela se apresenta na sua forma ainda embrionária e ver as implicações disso.

A leitura do texto permite constatar, desde logo, que na realidade Weber não se limita a uma postura contemplativa diante do processo que examina e que as referências e alusões a problemas contemporâneos se multiplicam no texto. Com efeito, já aqui transparece uma característica básica do estilo weberiano, que é o seu caráter eminentemente crítico: ele sempre escreve contra alguém ou alguma coisa do seu tempo. Esse tom polêmico, sempre orientado pela busca de uma posição autônoma, manifesta-se tanto no tratamento de questões substantivas do dia quanto no domínio teórico. Este último ponto, por sinal, merece uma referência agora, para evitar mal-entendidos na leitura do texto selecionado. Nesse encontram-se termos tomados de empréstimo ao marxismo, como “infra-estrutura” e “superestrutura”, o que pode dar a impressão de que ele estaria de algum modo aderindo à teoria da qual esses termos fazem parte. Mas não é bem assim. Trata-se mais de um recurso polêmico. Ele usa esses termos para enfatizar a impor-

tância dos fatores econômicos, “materiais” para a explicação do processo em exame, contra as interpretações “idealistas” correntes na época; mas ao mesmo tempo afasta-se do materialismo histórico ao negar a possibilidade de encontrar-se um curso objetivo e determinado dos processos históricos. No tocante às referências a questões substantivas não é difícil discernir na exposição weberiana dos dilemas políticos e econômicos de um império antigo em declínio a marca das suas preocupações com os problemas da Alemanha pós-bismarckiana às voltas com difíceis problemas de liderança política.

É mesmo possível demonstrar, com base nesse texto e na obra de maior envergadura que lhe serviu de base, que já nessa época Weber estava às voltas com a distinção metodológica entre duas ordens diversas de problemas, que somente se definiria para ele mais tarde e que resultaria na diferenciação entre uma perspectiva historiográfica e uma sociológica. Por um lado, temos a preocupação com o caráter peculiar de uma configuração cultural e com as causas disso; por outro, põe-se a questão dos elementos dessa configuração que tenham um caráter mais geral e possam ser encontrados em outras épocas e outros lugares. Já na sua obra mais abrangente sobre história antiga, publicada em 1891 sob o título de *A história agrária de Roma e sua importância para o Direito Público e Privado*, Weber lançava as bases para um tratamento mais amplo de praticamente todos os aspectos que o absorveriam ao longo da sua vida acerca do seu grande tema de estudos: o capitalismo moderno e o processo de racionalização da conduta de vida da qual ele é expressão. Isso ficaria explícito numa retomada sintética da mesma temática, publicada em 1909, sob o título de “Condições agrárias da Antigüidade”. No final desse trabalho lê-se:

“Todo capitalismo converte a ‘riqueza’ das camadas proprietárias em ‘capital’ — o Império Romano eliminava o ‘capital’ e atinha-se à ‘riqueza’ das camadas proprietárias. Competia às classes proprietárias servi-lo com a sua *propriedade* como garantia de suas rendas e necessidades estatais e não mais com a espada e o escudo como ocorria na pólis antiga. Para que essa utilização *direta* dos súditos providos de posses na forma do Estado litúrgico fosse substituída pela utilização *indireta* na forma da aliança entre monarquia e capital no Estado *mercantilista* moderno foi necessário o desenvolvimento do capitalismo *industrial* e o exemplo da riqueza capitalista privada dos Países Baixos e da

Inglaterra. O bloqueio da iniciativa econômica privada pela burocracia não é específico da Antiguidade. *Toda burocracia* tem a *tendência* de alcançar o mesmo efeito pela sua expansão. Também a nossa. E, enquanto na Antiguidade a pólis tinha que ser o 'marca-passo' do capitalismo, este é hoje o 'marca-passo' da *burocratização da economia*. (...) O 'burguês' alemão atual não guarda muito mais da qualidade dos seus antepassados da época das ligas de cidades do que o ateniense da época dos césares tinha das qualidades dos combatentes de Maratona. Seu emblema é a 'ordem' — no mais das vezes também quando ele é 'social-democrata'. Tudo indica que a burocratização da sociedade irá assenhorear-se do capitalismo entre nós *em algum momento*, tal como ocorreu na Antiguidade. Então também entre nós a 'anarquia da produção' dará lugar àquela 'ordem' que caracteriza o período monárquico romano e, ainda mais, o 'novo reino' egípcio e o domínio dos Ptolomeus. (...) Mas essas perspectivas não cabem aqui. O contínuo do desenvolvimento cultural europeu-mediterrâneo não conheceu *até agora* ciclos fechados *nem* uma evolução linear unívoca. Por vezes fenômenos inteiramente desaparecidos da cultura antiga reaparecem num mundo que lhes era alheio. Por outro lado, os *domínios fundiários* da Antiguidade tardia representam no contexto agrário uma *preliminar* da Idade Média, assim como as cidades da Antiguidade tardia, especialmente do helenismo, o eram no contexto das indústrias."

Como se vê, já nos primeiros trabalhos de Weber estavam presentes os grandes temas que iriam absorver seguidamente o seu esforço, ao lado da preocupação com o modo adequado de concebê-los e tratá-los. À primeira vista, a passagem citada acima parece entrar em contradição com a postura adotada no ensaio sobre o declínio da cultura antiga. Se o estudo do mundo antigo nada nos pode dizer sobre o presente, como se justificam as referências ao capitalismo moderno e à sua tendência para a burocratização? E como é possível falar da organização agrária ou das cidades antigas como "preliminares" do mundo medieval? Na realidade, mesmo que os problemas ainda não estivessem claramente delineados para o próprio Weber nesses textos (como atestam as suas hesitações: "essas perspectivas não cabem aqui"), a concepção de História e de Historiografia neles presente é coerente. Weber está enfatizando a sua idéia básica de que não é possível encarar um período histórico como se nele estivesse já configurada a época seguinte, seja em termos de "progresso"

ou de qualquer noção similar, que pressuponha a presença das mesmas causas operando ao longo do tempo em diferentes configurações históricas.

Mas isso não impede um exame *comparativo* entre traços de um período e traços encontrados em outros, admitindo-se a especificidade de cada um e a circunstância de que a comparação sempre incidirá sobre aspectos parciais e selecionados dos processos em confronto. No texto aqui utilizado cabe apontar, a propósito, o exemplo do confronto entre a cidade antiga e a cidade medieval. Weber afirma que, sob determinado aspecto, ambas têm características semelhantes; mas as suas análises mais amplas do tema assinalam que, colocados nos seus contextos particulares, esses dois tipos de cidade são inteiramente diversos, pois a cidade antiga é uma instituição basicamente política, ao passo que a cidade medieval é fundamentalmente econômica.

A análise comparativa não opera, então, na busca do que seja *comum* a várias ou a todas as configurações históricas mas, pelo contrário, permitirá trazer à *tona* o que é *peculiar* a cada uma delas. Nas análises a que Weber se dedicaria posteriormente, essa visão comparativa ir-se-ia apurando cada vez mais, orientada pela busca daquilo que é específico ao mundo ocidental moderno — a presença de um capitalismo organizado em moldes racionais e a racionalização da conduta em todas as esferas da existência humana — em termos da busca, em outras configurações históricas, de traços que *não* fossem congruentes com essa racionalização especificamente européia da vida. Desde logo, portanto, a pesquisa histórica pode ajudar-nos em duas coisas: apontar os traços que reputamos importantes no nosso mundo contemporâneo e que também estejam presentes em outras épocas e lugares, devido a causas específicas a serem examinadas em cada caso, e assinalar traços existentes no nosso universo histórico particular que possam ser apontados como responsáveis pelas diferenças entre ele e os demais (sendo que eles figurarão na análise como *causas* dessa diferença).

Na realidade a atenção de Weber sempre se concentrou sobre a particularidade da configuração histórica em que vivia, e a extraordinária envergadura do seu conhecimento empírico e teórico sempre foi subordinada a isso. Mas o seu ponto de referência concreto era ainda mais particular: o Estado nacional e, mais

especificamente, a Alemanha da sua época. Isso transparece de maneira especialmente acentuada no segundo texto do presente volume, sobre o Estado nacional e a política econômica. Nele reproduz-se a conferência proferida por Weber em 1895, na condição de professor recém-designado para a disciplina Ciência do Estado na Universidade de Freiburg. Trata-se de texto muito expressivo do estilo weberiano. Nele combina-se a tomada de posição muito firme, até às vezes um tanto chocante no tom (convém não esquecer que se trata de um discurso destinado a suscitar controvérsias, e não um trabalho estritamente científico) em face dos problemas práticos do dia, com reflexões bastante amplas sobre temas teóricos.

Para o leitor atual é um tanto estranho defrontar-se com um texto apresentado como tratando do "papel que as diferenças raciais entre nacionalidades desempenham na luta econômica pela existência". Logo se verá, contudo, que esse é apenas o ponto de partida para a discussão dos problemas prioritários para Weber na época: a integridade cultural da nação alemã e a definição dos seus segmentos aptos a dirigi-la num período de crise do poder. A noção de "diferenças raciais" é trabalhada criticamente e diferenciada da de "cultura", sobretudo através da demonstração de que uma alta capacidade adaptativa às condições exteriores de vida não é sinônimo de nível cultural elevado. Mais importante do que a idéia de adaptação, no entanto, é a de "seleção". Weber encara com reservas o seu uso em termos em um "darwinismo social" mas não a abandona de todo. Ao contrário: uma vez despojada das analogias biológicas, ela seria incorporada ao seu esquema analítico e associada à idéia de *luta*, que desempenha papel fundamental no esquema weberiano, como um componente significativo nuclear de toda a relação social. A persistência dessa idéia em Weber pode ser apreciada quando se lê o que ele publicou na sua fase de plena maturidade, em 1917, retomando trabalho originalmente escrito em 1914 sobre o "sentido da neutralidade valorativa nas ciências sociais":

"Somente se pode falar de problemas realmente solucionáveis por meios empíricos nos casos em que procuremos os meios apropriados a um fim dado de modo absolutamente unívoco. A proposição 'x é o único meio para y' não passa, na realidade, da simples inversão da proposição 'a x segue-se y'. O conceito de 'adaptabilidade' (e todos os similares) nunca oferece — e isso é essencial — a mínima informação acerca das avaliações

últimas em que se fundamenta. Ao contrário, limita-se a ocultá-las. (...) Conforme o modo como se interpreta esse conceito é possível dizer-se que no domínio da 'cultura' tudo é 'adaptado' ou nada é 'adaptado'. Pois é impossível eliminar a *luta* de qualquer vida cultural. Podem-se modificar os seus meios, o seu objetivo e mesmo a sua orientação básica e os seus portadores, mas ela própria não pode ser suprimida. (...) A *luta* encontra-se em toda parte e por vezes afirma-se tanto mais quanto menos é percebida ou quando adota no seu transcurso a forma de uma omissão cômoda ou de uma complacência ilusória ou enfim quando se exerce sob a capa da 'seleção'. A 'paz' significa apenas um deslocamento das formas, dos adversários ou do objeto da *luta*, ou finalmente das chances de seleção. É evidente que nada se pode dizer em geral sobre se essas mudanças podem sustentar a prova de um julgamento de valor ético ou de qualquer outro tipo. Uma coisa no entanto é segura: quando se decide *avaliar* uma ordenação das relações sociais de qualquer natureza é preciso examinar sempre e sem exceções *a que tipo de pessoas* ela oferece as maiores chances de tornarem-se *dominantes* pela via da seleção externa ou interna (entendendo-se 'interna' como referente aos motivos da ação). Pois, além do mais, não só o exame empírico jamais é realmente exaustivo como também inexistente a base fática para uma avaliação que pretenda ter uma validade conscientemente subjetiva ou objetiva. Gostaria de recordar isso pelo menos àqueles numerosos colegas que crêem na possibilidade de operar com conceitos unívocos baseados na idéia de 'progresso' no tratamento de desenvolvimentos sociais".

Assinale-se, de passagem, que no texto sobre o Estado nacional e a política econômica aparece um bom exemplo da diferença radical entre a perspectiva analítica de Weber e a de seu contemporâneo Durkheim\*, que nunca recuou diante do recurso às analogias biológicas. Essa diferença refere-se à relação entre o processo de diferenciação interna e integração da sociedade e a luta pela existência em seu interior. Para Weber, que invoca essa questão no contexto de uma defesa da autonomia do Estado nacional no confronto com outros, essa luta pelo controle das suas próprias condições de existência não desaparece mas apenas assume outras formas, e, segundo ele, cabe indagar se essas formas

\* Durkheim. Org. por José Albertino Rodrigues, v. 1 desta coleção. (N. da Ed.)



“devem ser encaradas como uma suavização ou mais propriamente como uma interiorização e aguçamento da luta”. Até na escolha dos termos isso soa como se fosse uma resposta a Durkheim, que via na diferenciação social e sobretudo na divisão do trabalho uma forma de “suavização da luta pela vida”. É que, diversamente de Durkheim, é Weber o analista por excelência do conflito, do confronto de interesses e valores inconciliáveis, da dominação e do poder.

No texto selecionado, a luta pela existência que ocorre no confronto entre alemães e poloneses, nas fronteiras da Prússia, é analisada contra o pano de fundo da luta pela direção da sociedade alemã como um todo, da qual a organização do Estado e a política econômica são expressões. É da discussão disso que Weber extrai a sua tese central, de que “o poder econômico e a vocação para a direção política nacional nem sempre coincidem”, com base na qual condena o domínio político dos estamentos agrários, ao mesmo tempo que aponta a falta de “maturidade” da burguesia alemã — e dos trabalhadores — para substituí-los.

Merece também atenção nesse texto o modo pelo qual Weber conduz a análise dos dados empíricos. Nele transparece tanto a sua formação prévia de historiador habituado a manejar vasta documentação quanto a sua experiência de pesquisa propriamente sociológica, devida à sua participação em minuciosos levantamentos sobre a situação agrária na Alemanha, realizadas no período de 1892-1894. Digno de nota é o desembaraço no manejo dos dados estatísticos, incluindo o modo como determinados dados são usados como indicadores de condições para os quais não há informações diretas disponíveis. Nessa etapa da sua atividade científica Weber dedicou-se intensamente à pesquisa social empírica, trabalhando com diversas fontes de dados e com questões também variadas, que iam das condições agrárias à organização do trabalho industrial, passando por uma pesquisa planejada e não realizada sobre a imprensa, para a qual ele previa uma análise de jornais, em termos daquilo que atualmente se designaria por “análise de conteúdo”.

Finalmente, esse texto deve ser lido com atenção no seu tratamento do tema, tão importante para Weber, da relação entre juízos de valor e conhecimento científico. Nele, bem mais clara-

mente do que nos trabalhos anteriores, fica explícita a posição de que a adesão a determinados valores (éticos, estéticos ou de qualquer natureza) sempre está envolvida na seleção de um tema para análise, ainda que esta necessariamente seja despojada de valorações no seu desenvolvimento interno. Aponta-se especialmente que noções como “cultura” e “nação” são conceitos de valor, que orientam a pesquisa e não podem ser neutralizadas ou eliminadas como simples prejuízos. Igualmente fica marcada a posição destacada que dimensão política — vale dizer, relativa à luta pelo poder — ocuparia sempre no pensamento weberiano. Daí a sua ênfase, nesse texto, sobre a Economia entendida como ciência da “política econômica nacional”, subordinada aos interesses de poder nacionais.

Isso não significa, é claro, que a Economia perca a sua autonomia como ciência e como dimensão particular da atividade humana. O que se está defendendo é a autonomia da dimensão política, em parte para exorcizar a idéia de que ela seja determinada pela Economia, sobretudo no sentido mais extremo que Weber atribui a essa idéia, de que o exame das condições da atividade econômica permitiria “deduzir” de alguma forma as condições correspondentes da atividade política. Deve-se distinguir claramente, no entanto, entre a ciência econômica no sentido estrito do termo, como disciplina preocupada com o uso mais adequado de meios específicos para a obtenção de fins também específicos num contexto de escassez, da política propriamente dita, que envolve decisões baseadas em valores fundamentais e inquestionados. Enquanto economista no sentido estrito do termo, o cientista deve abster-se de qualquer juízo de valor na sua análise, precisamente porque enquanto cientista não lhe cabe reivindicar um caráter imperativo para as suas conclusões.

Isso anuncia um dos grandes temas weberianos, que seria retomado nos seus últimos trabalhos, as conferências sobre “Ciência como vocação” e “Política como vocação”. Trata-se da distinção muito enfática que ele propõe entre a postura correta do cientista, para quem só é lícito reconstruir os fatos considerados significativos e analisá-los conforme as exigências universais do método científico e a do homem de ação voltado para as questões práticas, que deve tomar decisões impulsionadas por interesses que entrarão em choque com interesses alheios e que têm por fundamento último certos valores que igualmente colidem

com outros. Enfim, o domínio das questões relativas ao *ser* é radicalmente diverso daquele do *dever ser*. E a distinção não é feita para desacreditar os imperativos para a ação em nome de algum ascetismo científico, mas precisamente para preservá-los de considerações que lhes são alheias e que não captam o seu real alcance. Weber formulou essa idéia em numerosas ocasiões e, de maneira especialmente enfática, numa intervenção pública feita alguns anos após a publicação do texto sobre o Estado nacional. Nessa oportunidade ele dizia:

“A razão pela qual em todas as ocasiões eu argumento tão enfaticamente e talvez polemicamente contra a fusão entre o ‘ser’ e o ‘dever ser’ não reside em que eu subestime as questões relativas ao ‘dever ser’, mas, pelo contrário, em que eu não posso suportar quando problemas da mais alta importância, do maior alcance intelectual e espiritual sejam transformados aqui em questões de uma ‘produtividade’ técnico-econômica e sejam convertidas em tópico de discussão de uma disciplina *técnica* como a Economia”.

Essa ordem de problemas remete ao texto seguinte do presente volume, dedicado à questão da objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Nesse texto fundamental, publicado em 1904 como definição programática da revista *Arquivo para a Ciência Social e a Política Social*, de cuja direção Weber participava, os principais temas da sua concepção de metodologia da ciência social e das relações entre conhecimento científico e prática são minuciosamente expostos. Alguns desses temas serão examinados mais adiante, mas convém situar desde logo o texto e expor algumas das formulações da sua parte introdutória, que não é reproduzida no presente volume.

O ponto de referência inicial adotado por Weber é o da Economia, embora na segunda parte do texto, reproduzido aqui, vários problemas metodológicos sejam tratados com referência à Historiografia. Esse ponto de partida revela-se oportuno por dois motivos. Primeiro é que na ciência econômica se concentravam os partidários da concepção que Weber se propõe combater, qual seja a de que “a Economia Política pode e *deve* produzir juízos de valor a partir de uma ‘visão do mundo’ de caráter econômico”. Contra isso vai-se argumentar que, como ciência empírica, a Economia “nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas

e ideais de caráter imperativo das quais se pudessem deduzir algumas receitas para a prática”. Em seguida, e como a citação anterior já sugere, a Economia entra como suporte para uma crítica àquilo que Weber chama de “concepção econômica da História”. Finalmente, a Economia, dentre as ciências humanas, é a que mais diretamente se dedica ao tema da relação entre meios e fins, que interessa de perto a Weber, na medida em que constituirá um dos fios condutores da sua argumentação. “Qualquer análise reflexiva dos elementos últimos da ação significativa humana está em princípio ligada às categorias de ‘fim’ e ‘meio’”, escreve ele. E boa parte do seu esforço será no sentido de definir o domínio da ciência empírica como o dos meios, e não o dos fins. Vale dizer: a ciência não pode propor fins à ação prática. Pode, isso sim, administrar elementos para a avaliação da conveniência de certos meios propostos para se atingirem fins dados. Pode, ainda, assinalar as conseqüências que adviriam da consecução de certos fins pelos meios propostos, dando uma estimativa do que deverá ser sacrificado para se atingir o objetivo da forma proposta. Finalmente pode administrar ao agente o conhecimento dos próprios valores envolvidos no objetivo procurado. Em suma, “uma ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que ‘deve’, mas sim, apenas aquilo que ‘pode’ e — em certas circunstâncias — aquilo que ‘quer’ fazer”.

Weber combate resolutamente a idéia de que a Ciência possa engendrar “concepções do mundo” de validade universal, fundadas no sentido objetivo do decurso histórico. Esse sentido objetivo não existe e por isso mesmo não existe uma ciência social livre de pressupostos valorativos. O que existe é a luta constante, que extravasa o domínio da Ciência, pela *atribuição* prática de um sentido ao mundo e pela sua sustentação diante das alternativas concretamente existentes.

“O destino de uma época que comeu da árvore do conhecimento consiste em ter de saber que não podemos colher o *sentido* do decurso do mundo do resultado da sua investigação por mais completo que ele seja, mas temos que estar aptos a criá-los nós próprios, que ‘visões do mundo’ jamais podem ser produto da marcha do conhecimento *empírico* e que, portanto, os ideais mais elevados, que mais fortemente nos comovem, somente atuam no combate eterno com outros ideais que são tão sagrados para outros quanto os nossos para nós.”

definição de  
ciência empírica  
de  
Weber

Cumpra portanto distinguir com o máximo rigor entre os enunciados que exprimem um "conhecimento empírico" e os que exprimem "juízos de valor". Mas o que se está condenando é a *confusão* entre essas duas ordens heterogêneas de idéias, e de modo algum a tomada de partido pelos próprios ideais. Weber não está empenhado em absoluto na defesa de uma postura indiferente ou amorfa perante o mundo, nem tampouco na busca de compromissos entre valores inconciliáveis. "A *carência de convicções* e a 'objetividade' científica não têm qualquer afinidade interna", escreve ele.

No entanto é fácil perceber que a idéia da "objetividade" do conhecimento continua sendo problemática para Weber, tanto assim que ele sempre usa o termo entre aspas. É que, como o texto também mostra, não é possível para ele entender-se essa objetividade no seu sentido convencional, de respeito sem pressupostos às características dadas do objeto (tal como o faria Durkheim, por exemplo). O objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é constituído nela própria, através dos procedimentos metódicos do pesquisador. Não se pode presumir que a realidade social empírica tomada como um todo tenha uma ordem interna e leis gerais capazes de impor a qualquer pesquisador a simples busca da fidelidade a ela. A tarefa do conhecimento científico consiste na "ordenação racional da realidade empírica". Ou seja: não se trata de reproduzir em idéias uma ordem objetiva já dada, mas de atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos. É claro que isso envolve uma postura ativa do pesquisador, que não é concebido como um metódico registrador de "dados", mas tampouco é mero veículo para a introdução de tais ou quais "visões do mundo" nos resultados da pesquisa.

Daí toda a discussão por Weber da questão da "referência a valores" no conhecimento científico e sua crítica à idéia de uma ciência social isenta de pressupostos, mas também a sua ênfase em que a validade do conhecimento obtido se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores ou visões do mundo.

O texto seguinte trata da contribuição de Weber que, ao lado dos seus estudos sobre Sociologia da Religião, mais fundamentalmente marcou o desenvolvimento posterior das ciências sociais: a sua construção dos três tipos puros de dominação legítima. O tema

é amplamente examinado na obra máxima de Weber, *Economia e sociedade*, mas o texto utilizado não foi incorporado originalmente nessa obra. Trata de uma publicação feita em 1920 e provavelmente redigida no mesmo período em que foi elaborado o manuscrito de *Economia e sociedade*, entre 1911 e 1913. Como se trata de uma exposição sistemática e sintética, incluída nesse volume para assegurar a presença nele desse tema fundamental, podemos passar diretamente para o texto seguinte.

O texto sobre religião e racionalidade econômica é uma montagem de excertos das conclusões de dois dos trabalhos de Weber sobre a "ética econômica das religiões mundiais": os estudos sobre hinduísmo e budismo e sobre confucionismo e taoísmo, isto é, sobre as religiões da Índia e da China. Trata-se de análise bastante abrangente, que não se limita ao âmbito das religiões asiáticas mas retoma, numa síntese, os grandes temas da Sociologia da Religião de Weber. Representam a sua obra de plena maturidade e foram redigidos durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1916 e 1917, logo após a sua dispensa do serviço militar.

O efeito dos trabalhos sobre Sociologia da Religião de Weber nos debates científicos foi enorme. O impacto inicial, cujas reverberações sentimos até hoje, foi dado já em 1905, com a publicação do seu célebre estudo sobre a "ética protestante e o espírito do capitalismo". Nele Weber procurava demonstrar a existência de uma íntima afinidade entre a idéia protestante de "vocação" e a contenção do impulso irracional para o lucro através da atividade metódica e racional, em busca do êxito econômico representado pela empresa. Por essa via, apresentava-se a idéia de que um determinado tipo de orientação da conduta na esfera religiosa — a ética protestante — poderia ser encarado como uma causa do desenvolvimento da conduta racional em moldes capitalistas na esfera econômica.

Não é esse o lugar para expor o conteúdo dessa obra, nem a interminável polémica que ela desencadeou. O próprio Weber, respondendo a um dos seus primeiros críticos, procurou explicitar a problemática que o preocupava ao escrevê-la. Afirmava ele nessa ocasião que estava, e provavelmente estaria (como efetivamente ocorreu) preocupado com o estudo de "aspectos da moderna conduta da vida e seu significado prático para a Economia", especialmente no que dizia respeito ao desenvolvimento de

uma "regulação prático-racionalista da conduta da vida". E, após mencionar que

"a gênese do espírito capitalista no meu sentido do termo pode ser pensada como a passagem do romantismo das aventuras econômicas para a conduta racional da vida econômica",

assinala que, no seu entender,

"parece haver uma espécie de afinidade entre certos princípios conceituais importantes para a regulação racional da conduta e o modo de pensar protestante".

É a existência dessa afinidade interna que o trabalho de Weber procura demonstrar. Essa demonstração, contudo, visa ter o caráter de uma explicação causal, é verdade que não exaustiva, visto que, conforme a perspectiva de Weber, não há uma seqüência causal única e abrangente na História e toda a causa apontada para um determinado fenômeno será uma entre múltiplas outras possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico. Levantar a idéia de que a ética protestante possa ser encarada como um componente causal significativo para o desenvolvimento do capitalismo moderno (entendido como tipo de orientação da ação econômica) implica sustentar que, na hipótese da sua ausência, o capitalismo não existiria na forma como o conhecemos. A contrapartida lógica disso é a hipótese de que, sempre que a ética religiosa de sociedades historicamente dadas tenha características significativamente diversas da protestante, isso deveria representar um empecilho ao desenvolvimento de uma orientação da conduta econômica análoga à capitalista racional. No caso europeu verificava-se uma afinidade interna entre a orientação da conduta nas esferas religiosa e econômica, na medida em que ambas ensejavam um domínio racional, sobre os impulsos irracionais e sobre o mundo, mas também pode haver uma tensão entre os sentidos das ações nessas duas esferas da existência. Os estudos que Weber dedicou à "ética econômica das religiões mundiais" — hinduísmo, budismo, judaísmo antigo e, como projeto inacabado, o islamismo — em boa medida estavam voltados para a exploração desse campo de indagações, como o texto aqui reproduzido demonstra.

A análise das relações entre protestantismo e capitalismo foi interpretada por numerosos comentaristas como uma tentativa de refutação do materialismo histórico, na medida em que

Weber estaria preocupado com inverter a ordem causal e demonstrar que fatores "espirituais" seriam mais importantes do que os "materiais" na análise histórico-social. Isso é totalmente equivocado e realmente não faz justiça à sofisticação do pensamento weberiano (e ao de Marx). Há, sem dúvida, aqui como em outros pontos da obra de Weber, um intuito polêmico com relação ao materialismo histórico, mas ele incide sobre outro ponto. É que Weber estava preocupado com refutar a idéia de uma determinação das diversas esferas da vida social pela econômica, mas não com o recurso primário de uma mera inversão do problema.

Ao fazer isso, desenvolveu uma concepção que desempenha papel de extrema importância no seu esquema analítico: a de que, no processo que percorrem, as diversas esferas da existência — a econômica, a religiosa, a jurídica, a artística e assim por diante — são autônomas entre si, no sentido de que se articulam em cada momento e ao longo do tempo conforme à sua lógica interna específica, à sua "legalidade própria", para usar o termo weberiano. Assim, não é possível encontrar a explicação do desenvolvimento de uma delas em termos do desenvolvimento de qualquer outra. O máximo que se pode fazer — e é nos estudos sobre Sociologia da Religião que Weber faz isso mais claramente — é buscar as afinidades e as tensões no modo como a orientação da conduta de vida (ou seja, da ação cotidiana de agentes individuais) se dá em esferas diferentes. Por essa via pode-se encontrar, ou não, uma congruência entre os sentidos que os homens imprimem à sua ação em diferentes esferas da sua existência e expor essas descobertas a um tratamento causal.

As questões levantadas nos comentários aos textos selecionados conduzem-nos, neste ponto, ao próprio esquema analítico de Weber.

Weber definiu-se como sociólogo numa etapa já bastante avançada da sua carreira. E, muito caracteristicamente, o fez numa atitude crítica em face das tendências dominantes da Sociologia. Em 1920, já no final da sua vida, ele escrevia, numa carta ao economista Robert Liefmann, que

"se agora sou sociólogo então é essencialmente para pôr um fim nesse negócio de trabalhar com conceitos coletivos. Em outras palavras: também a Sociologia somente pode ser implementada

tomando-se como ponto de partida a ação do indivíduo ou de um número maior ou menor de indivíduos, portanto de modo estritamente individualista quanto ao método”.

Por conseguinte o objeto de análise sociológica não pode ser definido como a sociedade, ou o grupo social, ou mediante qualquer outro conceito com referência coletiva. No entanto é claro que a Sociologia trata de fenômenos coletivos, cuja existência não ocorreria a Weber negar. O que ele sustenta é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações.

Ao propor esse caminho como o único válido para a Sociologia e ao dispor-se a explicitar sistematicamente os fundamentos da análise sociológica assim concebida, Weber defrontou-se com uma tarefa formidável. É que, na ausência dos atalhos oferecidos pela referência direta a entidades coletivas, ele necessita ir construindo passo a passo um esquema coerente e internamente consistente que permita ao sociólogo operar com segurança com conceitos como por exemplo o de Estado, sem atribuir a essa entidade qualquer realidade substantiva fora das ações concretas dos indivíduos pertinentes. É isso que ele busca fazer, sobretudo em *Economia e sociedade*. Passemos então a uma reconstrução sumária dos conceitos fundamentais envolvidos nessa obra e da articulação entre eles. Cumpre portanto examinar, unicamente quanto ao papel que desempenham no esquema analítico weberiano, a seguinte seqüência conceitual: ação social, sentido, compreensão, agente individual, tipo ideal, relação social, legitimação e dominação. Quanto ao mais, será suficiente recorrer ao que já foi dito antes, nos comentários aos textos selecionados, para satisfazer aos obviamente limitados propósitos dessa exposição.

Para Weber a Sociologia é “uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e, por essa via, para a explicação causal dela no seu transcurso e nos seus efeitos”. A “ação social” mencionada nessa definição é uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa um sentido. É aquela ação orientada significativamente

pelo agente conforme a conduta de outrem, ou seja, em consonância com isso. Para que isso se dê, é preciso ver o que Weber entende por ação social. No ponto ele não ajuda muito, pelo menos no que diz respeito às iniciais sobre o tema. É que ele está mais preocupado em enfatizar que o sentido a que ele se refere é aquele que é visado pelo agente e não qualquer sentido objetivo ou sentido da ação ou algum sentido metafisicamente definido. É o “sentido” do que com definir o conceito. Interessa, portanto, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que é visado pelo agente e não qualquer sentido objetivo. Mas em nenhum ponto se encontrará uma definição de “sentido”, como aliás também ocorre com o conceito de “compreensão”. Nesse ponto o raciocínio de Weber parece ser circular: sentido é o que se compreende e compreensão é captação do sentido.

Apesar disso já temos elementos para avançar se considerarmos o conceito de “motivo” que permite estabelecer uma ponte entre sentido e compreensão. Do ponto de vista do agente, o motivo é o fundamento da ação; para o sociólogo, cuja tarefa é compreender essa ação, a reconstrução do motivo é fundamental, porque, da sua perspectiva, ele figura como a causa da ação. Numerosas distinções podem ser estabelecidas aqui, e Weber realmente o faz. No entanto, apenas interessa assinalar que, quando se fala de sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação mas sim daquilo para o que ela aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma.

Isso sugere que o sentido tem muito a ver com o modo como se encadeia o processo de ação, tomando-se a ação efetiva dotada de sentido como um meio para alcançar um fim, justamente aquele subjetivamente visado (pelo agente). Convém salientar que a ação social não é um ato isolado mas um processo, no qual se percorre uma seqüência definida de elos significativos (admitindo-se que não haja interferência alguma de elementos não pertinentes à ação em tela, o que jamais ocorre na experiência empírica e só é pensável em termos típico-ideais). Basta pensar em qualquer ação social (por exemplo, despachar uma carta) para visualizar isso. Os elementos desse processo articulam-se naquilo que Weber chama de “cadeia motivacional”: cada ato parcial realizado no processo opera como fundamento do ato seguinte, até completar-se

deve-se lembrar que

Quando Ação (social) = Sentido na Ação = sentido na ação...  
(objeto da ação)

deve-se lembrar

cadeia motivacional (lembrada por dois significados)

tomando-se como ponto de partida a ação do indivíduo ou de um número maior ou menor de indivíduos, portanto de modo estritamente individualista quanto ao método”.

Por conseguinte o objeto de análise sociológica não pode ser definido como a sociedade, ou o grupo social, ou mediante qualquer outro conceito com referência coletiva. No entanto é claro que a Sociologia trata de fenômenos coletivos, cuja existência não ocorreria a Weber negar. O que ele sustenta é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações.

Ao propor esse caminho como o único válido para a Sociologia e ao dispor-se a explicitar sistematicamente os fundamentos da análise sociológica assim concebida, Weber defrontou-se com uma tarefa formidável. É que, na ausência dos atalhos oferecidos pela referência direta a entidades coletivas, ele necessita ir construindo passo a passo um esquema coerente e internamente consistente que permita ao sociólogo operar com segurança com conceitos como por exemplo o de Estado, sem atribuir a essa entidade qualquer realidade substantiva fora das ações concretas dos indivíduos pertinentes. É isso que ele busca fazer, sobretudo em Economia e sociedade. Passemos então a uma reconstrução sumária dos conceitos fundamentais envolvidos nessa obra e da articulação entre eles. Cumpre portanto examinar, unicamente quanto ao papel que desempenham no esquema analítico weberiano, a seguinte seqüência conceitual: ação social, sentido, compreensão, agente individual, tipo ideal, relação social, legitimação e dominação. Quanto ao mais, será suficiente recorrer ao que já foi dito antes, nos comentários aos textos selecionados, para satisfazer aos obviamente limitados propósitos dessa exposição.

Para Weber a Sociologia é “uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e, por essa via, para a explicação causal dela no seu transcurso e nos seus efeitos”. A “ação social” mencionada nessa definição é uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa um sentido. É aquela ação orientada significativamente

pelo agente conforme a conduta de outros e que transcorre em consonância com isso. Para que isso se torne inteligível, no entanto, é preciso ver o que Weber entende por “sentido”. E nesse ponto ele não ajuda muito, pelo menos nas suas formulações iniciais sobre o tema. É que ele está mais preocupado com enfatizar que o sentido a que ele se refere é aquele subjetivamente visado pelo agente e não qualquer sentido objetivamente “correto” da ação ou algum sentido metafisicamente definido como “verdadeiro” do que com definir o conceito. Interessa, enfim, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento da sua ação. Mas em nenhum ponto se encontrará uma definição de “sentido”, como aliás também ocorre com o conceito de “compreensão”. Nesse ponto o raciocínio de Weber parece ser circular: sentido é o que se compreende e compreensão é captação do sentido.

Apesar disso já temos elementos para avançar se considerarmos o conceito de “motivo” que permite estabelecer uma ponte entre sentido e compreensão. Do ponto de vista do agente, o motivo é o fundamento da ação; para o sociólogo, cuja tarefa é compreender essa ação, a reconstrução do motivo é fundamental, porque, da sua perspectiva, ele figura como a causa da ação. Numerosas distinções podem ser estabelecidas aqui, e Weber realmente o faz. No entanto, apenas interessa assinalar que, quando se fala de sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação mas sim daquilo para o que ela aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma.

Isso sugere que o sentido tem muito a ver com o modo como se encadeia o processo de ação, tomando-se a ação efetiva dotada de sentido como um meio para alcançar um fim, justamente aquele subjetivamente visado (pelo agente). Convém salientar que a ação social não é um ato isolado mas um processo, no qual se percorre uma seqüência definida de elos significativos (admitindo-se que não haja interferência alguma de elementos não pertinentes à ação em tela, o que jamais ocorre na experiência empírica e só é pensável em termos típico-ideais). Basta pensar em qualquer ação social (por exemplo, despachar uma carta) para visualizar isso. Os elementos desse processo articulam-se naquilo que Weber chama de “cadeia motivacional”: cada ato parcial realizado no processo opera como fundamento do ato seguinte, até completar-se

deve ser  
dentado  
f

W. Weber - Ação (social) ~ Sentido na Ação ~ sentido na ação ...  
(objeto da ação)

motivo

cadeia motivacional (formada por atos significativos)

a seqüência. Em nome do que podemos então falar de um processo de ação que não se esfacela em múltiplos atos isolados? Aqui atingimos um ponto em que é possível um melhor entendimento do papel desempenhado pelo conceito de sentido em Weber. Ao tratar das "categorias fundamentais da vida econômica", em *Economia e sociedade*, Weber comenta que "todos os processos e objetos 'econômicos' adquirem o seu cunho econômico através do sentido que a ação humana lhe dá como objetivo, meio, obstáculo, conseqüência acessória", mas que isso não significa que se trate de fenômenos "psíquicos". O que ocorre é que essas entidades "econômicas" têm um sentido visado de natureza particular e que "somente esse sentido constitui a unidade dos processos em questão e os torna compreensíveis". Esta última formulação é fundamental: o sentido é responsável pela unidade dos processos de ação e é através dessa que os torna compreensíveis. Ou seja: é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente compreender o sentido da ação.

Por outro lado, essa formulação também permite frisar que a compreensão nada tem a ver com qualquer forma de "intuição" nem se reduz à captação imediata de vivências, mas somente é possível através da reconstrução do encadeamento significativo do processo de ação. Finalmente, fica também enfatizado que a referência à compreensão do sentido "subjettivamente visado" nada tem a ver com processos psicológicos que ocorram no agente, visto que o que se compreende não é o agente mas o *sentido* da sua ação. Por isso mesmo Weber formula a exigência de que o recurso à compreensão se dê mediante um "distanciamento" do pesquisador em relação ao seu objeto e nunca através de algum procedimento de identificação empática com o agente em questão.

Cumpra agora examinar o papel do conceito de "agente" nesse esquema. Por que Weber enfatiza tanto que a ação sempre é de agentes individuais, quando ele pretende fazer análise sociológica e de modo algum psicológica? Pelo que já vimos antes, a primeira resposta é imediata: porque o agente individual é a única entidade capaz de conferir sentido às ações. Mas há outro ponto, da maior importância. Já foi assinalado, no comentário sobre a *Sociologia da Religião* de Weber, a importância que ele dá à

autonomia interna das diferentes esferas da existência humana — ou, mais precisamente, da ação social orientada por sentidos particulares, como é o caso da ação econômica citada acima. A importância fundamental da referência ao *agente individual*, nesse ponto, consiste em que ele é a única entidade em que os sentidos específicos dessas diferentes esferas da ação estão simultaneamente presentes e podem entrar em contato. Ou seja, se as diversas esferas da existência correm paralelas, movidas pelas suas "legalidades próprias" e se está afastada a idéia de alguma delas ser objetiva e efetivamente determinante em relação às demais, a análise das relações entre elas (ou melhor, entre seus sentidos) só é possível com referência a essa entidade que as sustenta pela sua ação e é a portadora simultânea de múltiplas delas: o agente individual. Portanto, não existem vínculos "objetivos" entre esferas da ação: só vínculos "subjettivos" isto é, que passam pelos sujeitos-agentes. Assim, toda a análise weberiana das afinidades ou tensões entre o sentido da ação religiosa e o sentido da ação econômica implica serem tomados os agentes individuais (que são simultaneamente portadores de sentidos econômicos e religiosos) como ponto de referência.

Por outro lado, os agentes e os sentidos das suas ações não podem ser incorporados à análise científica tal como se apresentam empiricamente, visto que como tal são feixes inesgotavelmente diversificados de processos que se mesclam de todas as maneiras. Por conseguinte, já nesse ponto impõe-se, de forma perfeitamente coerente com as premissas weberianas, a construção desse instrumento de orientação na realidade empírica e meio para a elaboração de hipóteses, que é o *tipo ideal*, apresentado e discutido por Weber no seu ensaio sobre a objetividade.

Por outro lado, a análise sociológica opera com base no fato empiricamente constatável de que existem certas *regularidades* na ação social, ou seja, de que certos processos de ação repetem-se ao longo do tempo, tornando-se rotina e incorporando-se ao cotidiano de múltiplos agentes. Nisso, por sinal, ela se distingue da análise histórica, que busca explicações causais para eventos ou processos singulares tomados como importantes na sua particularidade.

A passagem para o nível propriamente sociológico da análise requer, portanto, conceitos capazes de dar conta tanto dessas

\*  
→ Kant  
A e le CD  
proles...

regularidades de conduta quanto do fato de que elas têm caráter coletivo, no sentido de que múltiplos indivíduos agem significativamente de maneira análoga. O conceito que permite essa passagem é um desdobramento do de ação social: é o de "relação social", que se refere à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações. A diferença entre "ação social" e "relação social" é importante: na primeira a conduta do agente está orientada significativamente pela conduta de outro (ou outros), ao passo que na segunda a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos (que tanto podem ser apenas dois e em presença direta quanto um grande número e sem contato direto entre si no momento da ação) orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado. Assim, um aperto de mão é uma ação social, porque a conduta de cada participante é orientada significativamente pela conduta de outro; já a amizade é uma relação social, porque envolve um conteúdo de sentido capaz de orientar regularmente a ação de cada indivíduo em relação a múltiplos outros possíveis e que portanto se manifesta sempre que as ações correspondentes são realizadas (por isso mesmo podemos designar esse conteúdo de sentido pelo termo genérico "amizade"). Claro que a amizade, como qualquer relação social, não existe senão quando se traduz em condutas efetivas. E, como não há garantia prévia de que isso se dê, a ocorrência de qualquer relação social só pode ser pensada em termos de *probabilidade*, que será maior ou menor conforme o grau de aceitação do conteúdo do sentido da ação pelos seus participantes.

Neste ponto torna-se importante a consideração por um tipo específico de relação social: aquela cujo conteúdo de sentido é incorporado pelos agentes como uma regra orientadora da sua conduta na medida em que é aceito como *legítimo*. Nesse caso, o conteúdo de sentido assim aceito assume a forma de *validação* de uma *ordem* (que pode ser convencional ou jurídica) legítima. O importante nesse conceito de "ordem legítima" é que ele permite operar com conceitos de referência coletiva, como Estado, Igreja e assim por diante, sem correr o risco de atribuir a essas entidades uma realidade substantiva fora das ações efetivas dos agentes, visto que só elas lhes dão vigência. Consideremos, a título de ilustração, um caso particularmente expressivo disso:

podemos falar de uma "ordem econômica", em termos dos conteúdos de sentido das relações sociais referentes ao *mercado*, ou de uma "ordem social", relativa aos conteúdos de sentido das relações sociais referentes a uma concepção de *honra* e a um *estilo de vida* dos agentes; ou ainda de uma "ordem política", relativa aos conteúdos de sentido referentes à apropriação e luta pelo *poder*. Se, por outro lado, considerarmos os agentes sociais em termos da sua participação nas relações sociais correspondentes a cada uma dessas ordens, teremos condições para definir três conceitos fundamentais de referência coletiva, novamente sem atribuir às entidades em questão qualquer existência fora das ações efetivas que lhes dão vigência. Os conceitos em questão são os de *classe*, relativo à ordem econômica; *estamento*, relativo à ordem social, e *partido*, relativo à ordem política.

Convém, finalmente, enfatizar a importância da referência feita à *legitimação* pelos agentes como fundamento da persistência (sempre apenas provável) de determinadas linhas de ação. É que é possível sustentar que a persistência de linhas de ação é fundamentalmente concebida no esquema weberiano em termos da operação efetiva de processos de *dominação* (ou seja, de processos que envolvem a capacidade de certos agentes obterem obediência para seus mandatos), dos quais a legitimação é contrapartida. Não se trata, portanto, de uma continuidade decorrente do funcionamento de um sistema social já dado, nem do exercício de um consenso geral, mas de uma persistência *problemática* que envolve o confronto de interesses e a possibilidade sempre presente de ruptura por abandono, pelos dominados, da crença na legitimidade dos mandatos. Em relação a isso Weber tem algumas de suas contribuições mais importantes, sobretudo quando analisa a tendência, em qualquer tipo de dominação, para o aparecimento de um "quadro administrativo" encarregado de implementar o cumprimento e a aceitação como legítima da vontade dos dominantes, e examina a dinâmica das relações entre dominantes, quadro administrativo e dominados.

Munidos dessa sumária reconstrução das grandes linhas do esquema analítico de Weber, é tempo de irmos aos próprios textos.



## Bibliografia

A presente bibliografia arrola exclusivamente textos de e sobre Max Weber publicados no Brasil em forma de livro, tendo em vista que importa sobretudo o fácil acesso a eles e que o leitor interessado encontrará neles os meios para compor uma bibliografia mais ampla. Um rápido comentário procura dar as informações básicas sobre cada texto.

### Bibliografia de Weber

*A ética protestante e o espírito do capitalismo.* Trad. de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967. A única das obras fundamentais de Weber disponível, na íntegra, em edição brasileira.

\* *Ensaio de Sociologia.* Organização e uma importante Introdução por Hans Gerth e C. Wright Mills. Trad. de Waltensir Dutra com revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso. 1. ed. (3. ed. 1977.) Rio, Zahar, 1971. Excelente seleção de textos. Leitura indispensável, junto com a obra citada acima, para quem busca um contato básico com a obra de Weber. Com a presente coletânea, dá um panorama bastante amplo da produção weberiana.

*Ciência e Política: duas vocações.* Trad. de Leônidas Hegenberg, com Introdução de Manoel Tosta Berlinck. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1972. Dois textos importantes, também disponíveis na coletânea de Gerth e Mills.

*História geral da Economia.* Trad. de Calógeras Pajuaba. São Paulo, Mestre Jou, 1968. Péssima edição de um trabalho pouco representativo de Weber, cuja edição original, póstuma, foi promovida por dois ex-alunos dele, com base em anotações de um curso seu sobre História Econômica geral.

*Max Weber.* Seleção de Maurício Tragtenberg. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (Col. "Os Pensadores", v. XXXVII). Inclui importante

estudo sobre "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída", publicado originalmente em maio de 1918, ao lado de outros textos facilmente acessíveis em outras edições. Mas o texto sobre a Alemanha, que se propõe fazer uma "crítica política do funcionalismo e da política partidária" (p. 7-91), justifica o livro.

### Bibliografia sobre Weber

\*COHN, Gabriel. *Crítica e resignação — Estudo sobre o pensamento de Max Weber e a sua compreensão.* São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979. Desenvolve em profundidade a interpretação de Weber proposta na introdução ao presente volume.

— (org.) *Sociologia: para ler os clássicos.* São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1977. Três textos dessa coletânea tratam de Weber: JASPERS, Karl. "Método e visão do mundo em Max Weber" (p. 121-35); FLEISCHMANN, Eugene. "Weber e Nietzsche" (p. 136-85) e ASHCRAFT, Richard. "A análise do liberalismo em Marx e Weber" (p. 186-239).

DIAS, Fernando Correia. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. *Revista de Administração de Empresas.* FGV, v. 14, n. 4, 1974.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica.* São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1978. (1. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959). A seção dedicada a Weber (parte II, V) constitui um exame sintético muito rico de aspectos fundamentais da metodologia weberiana.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber.* Rio, Forense, 1970. Exposição convencional mas útil da obra de Weber.

GIDDENS, Anthony. *O capitalismo e a teoria social moderna.* Rio, Tempo Brasileiro, 1978. Analisa a obra de Weber juntamente com as de Durkheim e de Marx. O autor é profundo conhecedor de Weber.

\*HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais.* São Paulo, Alfa-Omega, 1974. Examina o tema com base em Weber e Marx. Sistemático e bem informado.

HIRST, Paul Q. *Evolução social e categorias sociológicas.* Rio, Zahar, 1977. A segunda parte (p. 51-138) é dedicada a um exame crítico do pensamento de Weber, de uma perspectiva marxista.

IANNI, Octavio (org.). *Teorias de estratificação social*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. Inclui dois textos importantes de Weber: "O conceito de casta" (p. 136-63) e "Feudalismo e estado estamental" (p. 186-238).

MACRAE, Donald G. *As idéias de Max Weber*. 1. ed. São Paulo, Cultrix, 1977. Mais interessante pelo que apresenta sobre a figura de Weber e a sua época do que pela exposição das suas idéias.

MOYA, Carlos. *Imagem crítica da Sociologia*. São Paulo, Cultrix, 1975. O capítulo dedicado a Weber (p. 76-94) é de muito bom nível, como de resto o é todo o livro.

RODRIGUES, José Honório. Capitalismo e protestantismo. In: —. *História e historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 231-59.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Ed. Ática, 1974 (Col. Ensaaios, 9). Todo o capítulo IV (p. 108-85) desse livro trata de Max Weber, e o capítulo "A crise da consciência liberal alemã" (p. 93-107) também tem interesse para o tema.

Finalmente, dois artigos importantes sobre a incorporação de Max Weber pelas Ciências Sociais no Brasil: um de levantamento sistemático e outro de relevo pelo seu caráter pioneiro, publicado originalmente em 1946.

# TEXTOS DE WEBER

*Seleção e Organização:* Gabriel Cohn  
*Tradução:* Amélia Cohn e Gabriel Cohn